

Política

Fim de caso Denúncias de senador ao MP provocam rejeição inédita

ACM leva Senado a reabrir o caso EJ

Ricardo Amaral
De Brasília

Chegou ao fim da linha, literalmente, a relação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) com seu partido, com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e com praticamente a unanimidade das forças políticas no Congresso. Os ministros por ele indicados, Waldeck Ornéllas, da Previdência, e Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, serão demitidos no máximo depois do carnaval. Sua expulsão do partido será examinada na reunião do diretório nacional do PFL marcada para 8 de março. A cassação de seu mandato por quebra de decoro parlamentar e retenção de informações foi pedida pelas bancadas do PT e do PPS e será levada ao Conselho de Ética do Senado. De quebra, deixará como problema para o governo a reabertura das investigações, no Senado, do caso Eduardo Jorge.

A unidade política contra Antonio Carlos consolidou-se ontem, quando a revista IstoÉ divulgou, pela internet, a transcrição da conversa do senador com os procuradores Guilherme Schelb, Luiz Francisco de Souza e Eliana Torelly (veja quadro). Como informou o Valor quarta-feira, na conversa o senador fez pesadas acusações contra adversários políticos instalados no governo, contra o ministro Nelson Jobim, do STF, e contra o próprio presidente. A mais grave: "Se pegar o Eduardo Jorge chega ao presidente", disse o senador. Ele disse que as investigações no Senado sobre o envolvimento do ex-ministro com o esquema do TRT paulista foram inconclusivas porque não foram examinadas as ligações telefônicas dos anos de 1982 e 1984.

O presidente sabia desde a noite de segunda-feira, data do encontro, que a conversa havia sido gravada sem conhecimento do senador e reagiu com indignação a seu conteúdo, chamando Antonio Carlos de chantagista. Ontem, em conversa com políticos, disse que já não se importava mais com a divulgação que seria feita horas depois. "O que me deixa indignado, abismado, chocado é a indignidade do que ele já fez, não o que a imprensa pode divulgar". Fernando Henrique desabafou: "Ele não podia fazer isso pelas minhas costas".

A reação do PFL, que jamais divergiu de Antonio Carlos em público, foi inédita. O presidente do partido, Jorge Bornhausen, disse, em nota oficial, que "reprovou a ida do senador Antonio Carlos aos procuradores" e lembrou

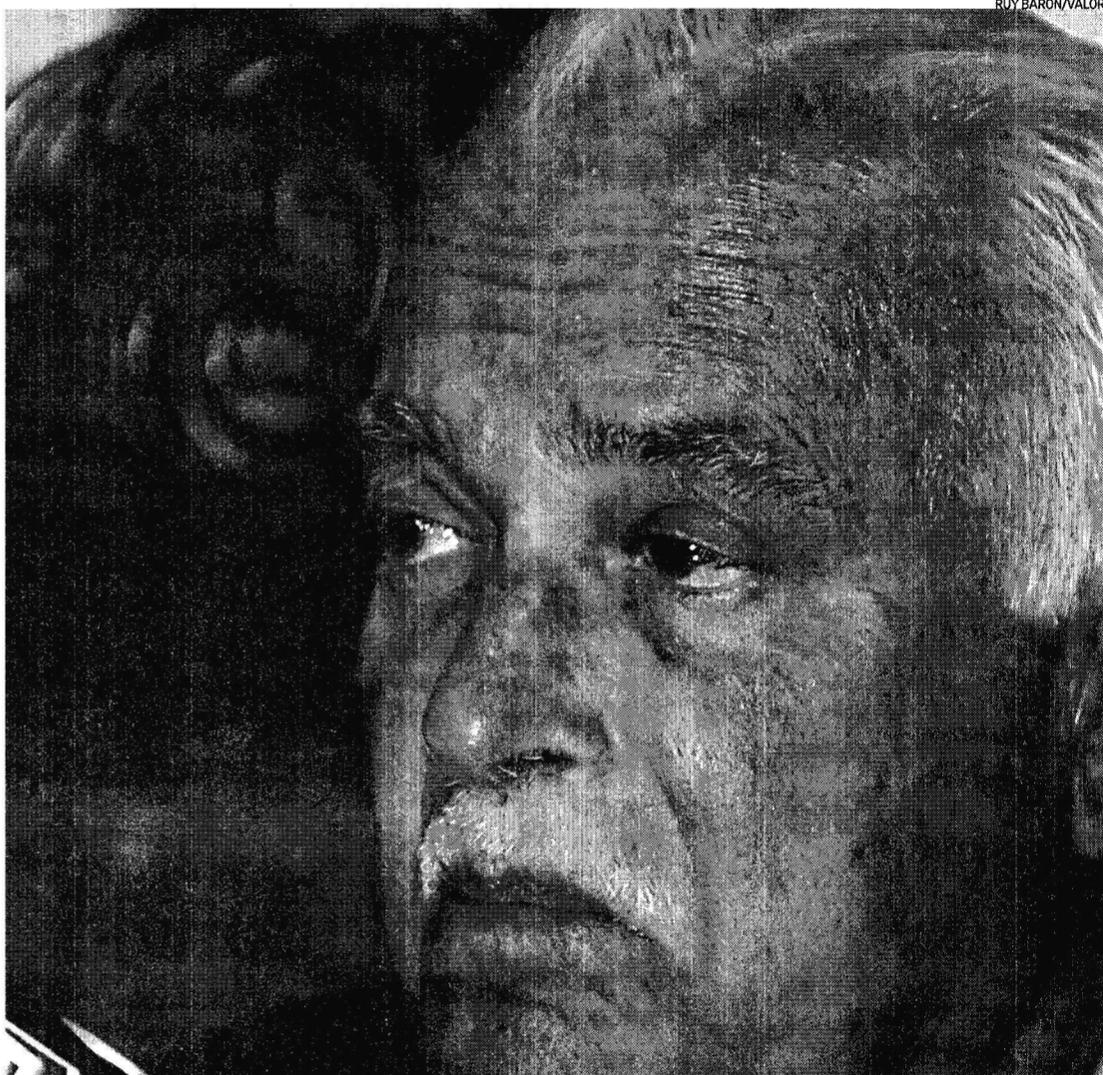
que Shelb e Luis Francisco estão sendo processados pelo PFL por crime eleitoral. Acrescentou que os senador deveria ter ido ao procurador-geral, Geraldo Brindeiro, que também é criticado na transcrição. Brindeiro é primo do vice-presidente Marco Maciel, como frisou o próprio FHC em suas últimas conversas com políticos do PFL.

"O dr. Jorge Bornhausen não sabe do que se tratou no encontro (...) Está evidentemente, influenciado por notícias falsas", reagiu Antonio Carlos em nota ditada, por telefone, de Miami. "Considero a nota injusta e inaceitável, até porque faço restrições ao comportamento do procurador Geraldo Brindeiro".

Fernando Henrique já estava recompondo o partido em trono de Bornhausen e Maciel. O isolamento de ACM foi consolidado com a nota e com telefonemas de Bornhausen e do líder Hugo Napoleão ao governador de Tocantins, Siqueira Campos (PFL), acusado de corrupção na conversa. "Chegamos ao fim da linha", disse o líder. Fernando Henrique pediu ao partido uma definição na reunião do diretório nacional. Votar pela permanência no governo e expor o senador da Bahia seria a senha para a demissão dos ministros carlistas. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), filho do governador, pedirá uma definição também sobre o episódio. "Posso até deixar o partido, dependendo do resultado", ameaçou o senador.

A visita de Antonio Carlos aos procuradores foi negociada num telefonema de Schelb para o assessor de imprensa do senador, Fernando Cesar Mesquita. Ele suspeita que o telefonema foi grampeado, possibilitando a instalação prévia de uma escuta eletrônica. Em sua nota, Antonio Carlos disse que foi ao Ministério Público conversar sobre a chamada Lei da Mordada, mas na véspera seu assessor já havia confirmado o teor das transcrições. A "isca" para atrair o senador foi a possibilidade de conseguir uma fita, supostamente em poder do Ministério Público, na qual um empresário incriminaria o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, do PMDB.

A transcrição da conversa abriu uma crise entre os procuradores. Shelb nega e Souza confirma o teor da conversa. O presidente Fernando Henrique trabalha com a informação de que já há cópias da fita em cofres de Brasília. A reabertura do caso Eduardo Jorge é dada como certa. Será votada pelo plenário do Senado na primeira sessão após o carnaval, com apoio do PMDB.



Antonio Carlos Magalhães aos procuradores da República: "Se pegar o Eduardo Jorge, chega ao presidente"